

Missão do FMI chega na semana que vem

por Claudia Safatle
de Brasília

A missão técnica dos bancos credores deve desembarcar em Brasília na próxima segunda-feira, para um trabalho de recheagem dos dados estatísticos que fundamentaram a proposta de refinanciamento da dívida externa brasileira, levado ao conhecimento do comitê assessor dos bancos na semana passada. A rigor, nada se espera de concreto como efeito dessa missão técnica, a não ser o fato de os bancos olharem com seus próprios olhos os dados que a missão técnica

do Fundo Monetário Internacional colheu durante um mês, em andanças pela área econômica do governo, ao longo de agosto último. Com um agravante: de lá para cá, as coisas só pioraram.

Segunda-feira próxima foi a data acertada, em princípio, entre o embaixador Jório Dauster, negociador da dívida externa, e William Rhodes, vice-presidente do Citibank. Hoje, porém, haverá uma nova troca de telefonemas para fixar, definitivamente, o dia da vinda da missão.

Ontem a área econômica procurou evitar uma con-

firmação formal da proposta de reestruturação da dívida externa publicada num jornal paulista. O governo brasileiro havia acertado com o comitê um certo sigilo no detalhamento da proposta, mas o texto vazou por Nova York — sede de grandes credores representados no comitê assessor. Informalmente, em "off the record", fontes oficiais reconheceram no texto divulgado a proposta.

ATRASADOS

Há um ponto curioso na proposta divulgada que não foi esclarecido pela equipe

econômica. Trata-se da questão dos atrasados, que seriam refinanciados por um empréstimo-ponte. Ocorre que o texto divulgado como sendo a proposta oficial brasileira diz que os juros devidos aos bancos comerciais e que vencem até 31 de dezembro de 1990, ou na mesma data de 1991 quando o novo acordo entrar em vigor, e que foram ou serão depositados no Banco Central nos termos da Resolução 1.564/89 — que trata de centralização cambial — serão pagos com o dinheiro do empréstimo-ponte.

Isso significa que en-

quanto não houver acordo com os credores, os juros vencidos e a vencer serão acumulados em atrasados, cujo montante deveria ser refinanciado por um empréstimo-ponte. Ou seja, quanto mais atrasados forem sendo acumulados, pior para os bancos que teriam de contabilizar esse

empréstimo-ponte. Como o governo, até o final da noite de ontem, evitava confirmar oficialmente aquele texto como sendo o da proposta brasileira fica difícil interpretar, mas deixa antever que a centralização cambial continuaria existindo enquanto não existir um acordo.